



# O Deus Ba'al: na arqueologia, na vida de Israel e na Bíblia

Luiz Alexandre Solano Rossi <sup>[a]</sup> 

Curitiba, PR, Brasil

<sup>[a]</sup> Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Luiz José Dietrich <sup>[b]</sup> 

Curitiba, PR, Brasil

<sup>[b]</sup> Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Waldir Souza <sup>[c]</sup> 

Curitiba, PR, Brasil

<sup>[c]</sup> Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

**Como citar:** ROSSI, Luiz Alexandre Solano; DIETRICH, Luiz José; SOUZA, Waldir. O Deus Ba'al: na arqueologia, na vida de Israel e na Bíblia. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 16, n. 03, p. 389-394, set./dez. 2024. DOI: <http://doi.org/10.7213/2175-1838.16.003.ED01>

O tema do dossiê da Revista Pistis & Praxis que a PUCPR entrega ao público neste número é o Deus Baal. Esta publicação visa contribuir para a ocupação de uma lacuna nas pesquisas publicadas em português sobre essa divindade. Vem na esteira de um conjunto de publicações recentes, como: *Asherah, a Deusa de Israel*, de Luiz Alexandre Solano Rossi e Sue'Hellen Monteiro de Matos (Recriar, 2020); *As Sagradas de Asherah e YHWH*, de Sue'Hellen Monteiro de Matos (Recriar, 2024); e da tese doutoral de Angela Natel, intitulada: *De Asherah a Lo-Ruchamah: as violências das monoculturas na supressão do feminino no espaço sagrado, em perspectiva*

<sup>[a]</sup> Doutor em Ciências da Religião, com concentração em Bíblia, pela UMESp - Universidade Metodista de São Paulo, e-mail: [luiz.rossi@pucpr.br](mailto:luiz.rossi@pucpr.br)

<sup>[b]</sup> Doutor em Ciências da Religião, com concentração em Bíblia, pela UMESp - Universidade Metodista de São Paulo, e-mail: [luizdietrich@gmail.com](mailto:luizdietrich@gmail.com)

<sup>[c]</sup> Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRIO, e-mail: [waldir.souza@pucpr.br](mailto:waldir.souza@pucpr.br)

feminista decolonial (Programa de Pós-Graduação em Teologia – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2024); obras dedicadas a trazer para próximo do público de fala portuguesa a complexa diversidade da religião, ou das religiões – como preferem alguns pesquisadores – do Antigo Israel.

As interpretações arqueológicas, em especial das últimas três décadas, reforçam os estudos críticos e vão desvelando a diversidade religiosa imperante em Israel em todo o período pré-exílico. Grande quantidade de locais de culto, em que se cultuava uma variedade de Deuses e Deusas, muitas famílias sacerdotais e diferentes liturgias eram um componente normal da vida do povo nesse período. Os reis Ezequias (716-687 a.C.) e Josias (640-609 a.C.), este com mais afinco, é que tentarão, a partir dos centros de poder, impor Jerusalém como único local de culto permitido e Javé como a única divindade de Israel. Essa intervenção religiosa e política marca de forma especial um importante conjunto de textos da Bíblia Hebraica, já que eles começaram a receber a forma com a qual se encontram em nossas Bíblias dentro do processo de imposição da monolatria. Sua elaboração é parte importante na legitimação desse processo que, conforme o texto bíblico, incluiu muita violência (2Rs 23,6-20), até mesmo com a morte e sacrifícios humanos de sacerdotes que resistiram a ele (2Rs 23,20).

Esses textos, que têm como guia o núcleo central mais antigo do Deuteronomio (4,44 – 28,68), no qual é apresentada a aliança em que Israel se compromete a cultuar exclusivamente a Javé, que, por sua vez, promete ser o Deus exclusivo de Israel, foram elaborados a partir dos moldes dos tratados de vassalagem impostos pelos imperadores assírios aos reis por eles dominados. Na apropriação bíblica da estrutura e de grande parte do conteúdo destes tratados, os textos deuteronomícos colocam Javé no lugar dos imperadores assírios e Israel na posição dos reis dos povos dominados. Como consequência surge uma teologia javista oficial associada ao poder, exclusivista, violenta e intolerante, que faz ver com desconfiança e até mesmo criminalizando qualquer outra divindade que não seja Javé, a divindade oficial. Infelizmente esses aspectos violentos e intolerantes, que serviram a propósitos políticos e colonialistas no período de Josias, foram usados também dentro de certas formas oficiais do cristianismo para legitimar projetos de dominação política, imperialismos e colonialismos ao longo da história protagonizada pelos impérios cristãos. Tal teologia chegou até as terras de Abya Yala nos barcos dos conquistadores colonizadores e é dolorosamente ainda muito presente e atuante em nossos dias.

Por isso a relevância e até mesmo a urgência de resgatar a história religiosa de Israel, especialmente em perspectiva teológica libertadora e decolonial. A compreensão da complexa diversidade de divindades e cultos, sua relação com os aspectos centrais da vida do povo de Israel, pode nos ajudar a reposicionar o sagrado e a religião como forças preponderantes no cuidado, na promoção e na defesa da vida, na busca por sociedades mais justas, mais solidárias e menos desiguais, menos intolerantes, menos geradoras de doenças e sofrimentos, estimulando e construindo relações sócio e ambientalmente sustentáveis, e com comunidades cristãs mais coerentes e compromissadas com o caminho apontado por Jesus de Nazaré.

Este número da Revista Pistis & Praxis quer seguir contribuindo nesse sentido, trazendo vários estudos enfocando o Deus Baal. A opção por escrever “Deus” Baal com letras maiúsculas, deve-se a uma compreensão da religião e do sagrado que privilegia mais a relação do culto dessa divindade com aspectos vitais da vida, do que aos ditames da religião vinculada ao poder. É um campo novo que ainda pode causar estranheza, mas entendemos como um espaço em que necessária e urgentemente precisamos caminhar e avançar mais. Com esses artigos queremos convidar a todos e a todas a juntarem-se a essa caminhada.

O dossiê se inicia com uma instigante pesquisa a respeito da “**A origem de Baal**” realizada por José Ademir Kaefffer. A análise de artefatos arqueológicos e epigráficos em busca das raízes aponta para a Alta Mesopotâmia, alinhado aos Deuses do “tempo”. Aponta, especificamente, para Alepo, a casa mãe do Deus Hadu.

Desde Alepo, durante o Bronze Médio e Tardio, o culto a Hadu se expandiu para todo o Levante. Na Baixa Mesopotâmia existiu sob a nomenclatura de Haddu, Hadda, Hadad, Addu e Adad. Na costa Siro-palestinese, em meados do segundo milênio AEC, Hadu é cultuado, inicialmente, com o epíteto “Baal”, Baal-Hadu, ou Baal Hadad. Mas, logo, o epíteto acabaria por incluir e substituir o nome divindade. Hadu/Hadad passa a ser Baal. E dali, do norte da costa, especificamente de Ugarit, o culto ao “novo” Deus Baal se propaga rapidamente e vai recebendo novos “adendos”. Na Fenícia será cultuado como Baalsamen e Baal-Melkart; mais ao sul, em Ecron, como Baal-Zebub; no Egito, como Baal-Seth; em Siquém, como Baal-Berith; em Israel e Judá, como Baal.

Para Luiz Alexandre Solano Rossi e Sue'Hellen Monteiro de Matos no artigo **“Baal, o senhor da terra: a crença em Baal a partir dos mitos ugaríticos”**, os textos mitológicos e religiosos encontrados em Ugarit revelam mais do que eles mesmos desejam contar. Crença e realidade emergem dos textos, apresentando, não somente a substância de fé dessa região da Síria no segundo milênio a. e C., mas, também, o mito como função social que desvela a realidade. Nessa perspectiva, o artigo tomou como objeto de estudo os textos ugaríticos do Ciclo de Baal, senhor da terra, uma das mais relevantes divindades da região. A relevância de Baal e sua influência na cultura e no pensamento religioso de toda a região siro-cananeia é impressionante. Além de Baal ser a divindade que representava a ordem e a vida (fertilidade) é aquele que vence as batalhas, e mesmo que não seja apresentado como o “amado de El” - diferentemente de Yam e Mot – ele faz um caminho que o torna maior do que eles. Nos textos mitológicos ugaríticos de Baal percebe-se uma divindade que, a partir de fronteiras fluidas como as da religião, se propagou por toda aquela região e foi capaz de influenciar a mentalidade religiosa de outros povos.

No artigo: **Jezebel, do culto à Baal à carne sacrificada aos ídolos**, Gilvan Leite de Araújo, analisa a figura de Jezebel como apresentada no primeiro e segundo livro dos Reis, ou seja, uma rainha da fenícia e promotora do culto ao Deus Baal. A aliança entre as duas casas reais através do casamento de Jezebel com Acab, rei de Israel, a coloca em cena com a prerrogativa de rainha consorte. Contudo, Jezebel usará das prerrogativas reais para legitimar fortalecer o trono real e promover o culto ao Deus Baal. Tal incursão provocará direta reação do Profeta Elias, estabelecendo um confronto direto e violento entre a rainha e o profeta. Em jogo está a hegemonia de Yhwh e Baal. Quem será o Deus vencedor neste combate é uma das questões que os livros de Reis apresentam. Por outro lado, no Apocalipse de João, o Ressuscitado condena, por meio de João, a ação de certa profetisa Jezebel de Tiatira, que está induzindo a comunidade local a um processo de sincretismo religioso e paganização dos princípios cristãos. Em sentido oposto à rainha Jezebel e a profetisa Jezebel aparecem as figuras da Viúva de Sarepta (1Reis) e Lídia (Atos dos Apóstolos), como modelos de fidelidades. Aqui se deseja evidenciar a rainha Jezebel em confronto com Yhwh, no AT, e a profetisa Jezebel e o seu confronto com Jesus Cristo no NT e o paralelismo antagonico de outras duas mulheres, ou seja, a viúva de Sarepta e Lídia.

Em **“A influência do Deus Baal na mística panteísta israelita”**, Marcelo Serafim de Souza, José Hélio de Lima e Flávio Schmitt propõem a estudar a complexa questão acerca da adoração cültica ao Deus Baal, na arqueologia, na vida de Israel e na Bíblia. Pretende-se demonstrar que a monolatria, não foi regra em Israel, mas, exceção. A influência do Deus Baal na mística panteísta israelita, iniciou-se justamente, segundo a narrativa bíblica, com o contato de Israel com as nações vizinhas, bem como quando da conquista de Canaã, a terra prometida. O convívio de Israel com os cananitas fê-los abarcar a adoração aos Deuses já cultuados naquela região, em específico, o Deus Baal. Desse modo, ainda que o culto a Yahweh, não fora abandonado pela nação israelita, contudo, Israel movido por malfadada influência, passa a prestar culto a Yahweh junto ao culto prestado aos demais deuses, fazendo de Israel uma nação politeísta e polilátrica.

No artigo **"A demitologização de Baal: de príncipe de Ugarit à baalização de YHWH"**, as autoras Angela Natel e Aíla P. de Andrade, objetivam analisar a interação cultural-religiosa entre povos do Levante, e mostrar até que ponto o mito ugarítico de Baal pode ter exercido influência sobre a religiosidade do antigo Israel. Em primeiro lugar, o artigo se concentra no ciclo de Baal, o qual é de importância fundamental para qualquer discussão sobre a religião ugarítica em geral. Em seguida, destaca a influência do mito de Baal, e da religiosidade construída sobre suas bases, no modo como o antigo Israel vivenciou e expressou suas experiências de fé. O estudo realizado concentra-se na oposição direta entre Baal e Yahweh, na transferência de características de Baal para Yahweh e, finalmente, na evidência de um processo de demitologização da figura de Baal até este tornar-se uma caracterização do próprio YHWH no contexto da institucionalização da monolatria.

Luiz José Dietrich e Marcelo Sales Araújo, no artigo intitulado **A baalização de Javé em perspectiva decolonial**, analisam a transformação que ocorreu na religião de Israel – especialmente no culto a Baal e a Javé – no processo de implantação da monolatria em Israel, pela violenta intervenção religiosa e política dos reis Ezequias (716 – 687 a.C.) e Josias (640 – 609 a.C.). Estes dois reis visaram pôr fim à antiga e tradicional vivência religiosa de Judá e de Israel, na qual predominava grande diversidade de locais de culto, vários Deuses e Deusas, muitas famílias sacerdotais e uma variedade de liturgias e cultos. Eles centralizaram Jerusalém como o único local de culto permitido (Dt 12,1-12) e estabeleceram Javé como o único Deus de Israel (Dt 13,1-18), proibindo o culto às outras divindades. Com isso, as atribuições das divindades agora proibidas – que “cuidavam” de parte das necessidades vitais do povo, como a fertilidade dos campos, das pessoas e dos animais – tiveram de ser transferidas, na religião oficial, para Javé. Esse artigo foca na transferência dos atributos e funções de Baal para Javé, que “oficializado” como a única Divindade de Israel, deverá dar conta das funções anteriormente exercidas pelo conjunto dos Deuses e Deusas proibidas. Crucial para a imposição

Na seção **Fluxo Contínuo**, o artigo **"Migração e refúgio no Egito segundo a Bíblia"**, de Rita Maria Gomes, analisa o fenômeno da migração e do deslocamento em busca de refúgio afirmando que eles são tão antigos quanto o estabelecimento de pessoas em Estados. Os Estados e a Igreja enfrentam os desafios postos pela migração. Não sem razão a Igreja Católica Romana dedica um dia ao migrante e refugiado. Mas, esse olhar para o deslocamento populacional tem precedentes de longa data. A Sagrada Escritura atesta vários casos de deslocamentos de pessoas, sobretudo, no Antigo Testamento. Este artigo tem por finalidade entender como a Bíblia tratou a questão. Para tanto, faz-se uma análise bibliográfica, de modo especial a análise dos textos bíblicos que testemunham esse fenômeno. O artigo percorre os seguintes passos: análise do vocabulário e campo semântico da migração na Escritura; análise dos textos referentes à migração e, na sequência, os relacionados ao refúgio e, por fim, uma reflexão de cunho mais teológico sobre os lugares de partida e de chegada dos migrantes e refugiados.

Em **"Lembranças de casa: um estudo literário e bíblico do Salmo 137"**, José Ancelmo Santos Dantas e Gabriel da Paixão Silva, aproximam-se do Sl 137, um poema lírico de, aproximadamente, setenta e cinco palavras, escrito em hebraico. Nele, observa-se uma antítese, quando se compara o (v. 1a) “junto aos rios (גְּהֵרֹת עַל)” ao (v. 9b) “contra a rocha (אֶל-הַסֵּלֶעַ)”. Quer dizer, os canais de água dos rios babilônios, graças a força da poesia, escorrem agora, pelos “canais dos olhos” de quem se propõe a cantar a dor coletiva de Israel exilado. Entretanto, esse estado líquido, que, inicialmente, lembra a criação (Gn 1,6.7.9.10; 2,10), haverá de passar, pois “há um rio, cujos braços alegam a cidade de Deus” (Sl 46,5). E, mais: “Deus está no meio dessa cidade: nunca vacilará” (Sl 46,6). Por isso, o estado líquido logo mais se transformará em situação rochosa e firme (cf.: Sl 46,1).

A perícopes de Is 45.1-7, segundo Thiago Guimarães Vicente em **“Uma releitura da soberania de YHWH: uma exegese de Is 45,1-7”**, proporciona uma releitura da soberania de YHWH no meio do exílio, no meio do caos. YHWH continua reinando e tendo hegemonia, mesmo quando seu povo está desterrado e espalhado. Agora, usa como instrumento de salvação, o messias Ciro, que tem sua fama e êxito atribuídas a YHWH. Isso não acontece em vão, mas por causa do povo escolhido: Israel. YHWH é soberano sobre toda criação e sobre todos, devido a sua unicidade e onipotência autônoma.

Cláudio Vianney Malzoni propõe a discussão **“Jesus e a samaritana: a propósito da leitura de Siquém em Jo 4,5 como chave de interpretação de Jo 4,1-42”**. Segundo o autor, de acordo com Jo 4,5, Jesus foi a uma cidade da Samaria, próxima do campo que Jacó dera a seu filho José. A maioria dos testemunhos textuais trazem que essa cidade se chamava Sicar, e um número reduzido traz que se chamava Siquém. Sicar é mencionada na Bíblia apenas nesse versículo, já Siquém é mencionada diversas vezes. Inicialmente, a metodologia de trabalho, típica da crítica textual, será a da apresentação dos testemunhos textuais para cada leitura. Na sequência, será visto o modo como alguns autores trabalharam essas leituras até chegar às propostas de compreensão de toda a perícopes seja a partir da leitura Sicar, seja a partir da leitura Siquém. Como resultado será mostrado como a leitura Siquém se enquadra nas controvérsias entre judeus e samaritanos e pode remontar a um material proveniente do cristianismo samaritano das origens, subjacente tanto ao Evangelho segundo João como aos Atos dos Apóstolos.

O artigo de Paulo Sérgio Bazaglia – **Carta aos Romanos: destinatários e propósitos** – propõe uma audiência codificada exclusivamente gentílica para a carta aos Romanos e busca sintetizar os propósitos da carta com um olhar para a situação de Paulo em Corinto (ou arredores) e outro para as comunidades romanas de meados da década de 50 do primeiro século. Situa-se nos esforços por restituir concretude ao mais extenso texto paulino que, ao longo dos séculos, vem sendo lido como tratado teológico universal marcadamente antijudaico.

Em **“A carta aos Romanos e a sua relevância para o testemunho da Igreja contemporânea”**, Vitor Hugo Schell, Joelson Erbert Martins e Wilhelm Wachholz objetivam analisar a relevância e a influência histórica e teológica da carta aos Romanos para a tradição cristã, pontuando temas fundamentais da carta para a teologia e a atuação da Igreja contemporânea. A abordagem foi desenvolvida com base na consulta de documentos, livros e artigos de pessoas teólogas e comentaristas bíblicos com contribuições importantes para a proposta da pesquisa como Martinho Lutero, Klaus Haacker, James D. G. Dunn, John Stott, Ricardo W. Rieth, Konrad Schmid e Jens Schröter, entre outras pessoas que se dedicaram ao estudo da carta ou trabalharam aspectos históricos e teológicos relevantes, servindo como referência para a elaboração do artigo e que ajudam a destacar aspectos fundamentais para a reflexão atual sobre a carta aos Romanos.

**A filiação no helenismo, nas cartas paulinas e no direito de família atual**, de Valmor da Silva, discute o conceito de filiação ou adoção filial, a partir do termo grego *hyouthesia*, que se refere à adoção de um estranho como filho legítimo, com direitos plenos à herança e à manutenção da família. A análise busca as origens do conceito no mundo greco-romano, expondo as práticas na instituição grega e na legislação romana. Concentra-se sobre o uso do termo filiação nas cartas paulinas, com a singularidade de cinco ocorrências únicas em toda a Bíblia (Rm 8,15.23; 9,4; Gl 4,5; Ef 1,5). Em seguida, aplica os mesmos fundamentos da adoção à legislação brasileira atual, que reconhece a filiação do afeto em condições idênticas à filiação do sangue, denominada filiação socioafetiva. Defende a hipótese segundo a qual o reconhecimento pleno de adoção filial proposto pelo apóstolo Paulo encontra correspondência na prática jurídica brasileira atual da filiação socioafetiva. Espera, como resultado teórico e prático, nova compreensão da adoção em vista do amor familiar.

Grace Kelly Marcelino e Sênia Regina Bastos em “**Delimitação de categorias para o estudo da hospitalidade a partir das narrativas bíblicas**”, refletem Bíblia e relações de hospitalidade atuais. No Brasil a Bíblia está entre os livros mais lidos segundo a pesquisa Retratos da Leitura realizada em 2019. Tem-se por problema de pesquisa: quais categorias podem ser definidas para estudar a hospitalidade nas narrativas bíblicas? O objetivo de pesquisa estabelecido foi definir categorias para o estudo de hospitalidade a partir das narrativas bíblicas. A prática da hospitalidade é estimulada tanto para a relação com Deus como entre as pessoas com o objetivo de apaziguamento de conflitos, favorecendo a entrada de novos indivíduos sem desprezar aquele que acolhe. O objetivo foi atingido e resultou em categorias de atitudes que expressam essa hospitalidade ou mesmo seu oposto (hostilidade), assim como hospitalidade, normas escritas e não escritas (leis ancestrais) e a migração. Uma das oportunidades para novas pesquisas corresponde a elaborar um método para analisar a hospitalidade no Brasil, no âmbito cristão ou não, por meio dessas categorias.

Waldecir Gonzaga e George Camargo dos Santos em **O uso de ῥομφαία como uma interpretação messiânica em Ap 19,15** propõe a investigar a palavra ῥομφαία (*rhomphaía* – espada), notadamente em Ap 19,15, como uma leitura messiânica. Para isso, pesquisa-se o uso desse vernáculo fora e dentro do NT. Na perícopa de Ap 19,11-21, encontra-se o guerreiro divino com características messiânicas, advindas de leituras veterotestamentárias, com o objetivo de realizar o grande banquete de Deus com carnes dos preteridos (Ap 19,17-18), em contraste com o banquete das núpcias do Cordeiro (Ap 19, 9). Esse guerreiro divino traz uma espada (ῥομφαία) afiada e é, no contexto, que se faz uma investigação do referido léxico em domínios semânticos. Há 230 registros na LXX e sete passagens para ῥομφαία no NT (Lc 2,35; Ap 1,16; Ap 2,12; Ap 2,16; Ap 6,8; Ap 19,15; Ap 19,21), classificadas em três domínios semânticos distintos: “armas e armaduras”, “guerrear e lutar” e “sentir pesar”. Além disso, observa-se a menção de seis citações de sete do NT no Apocalipse de João, um livro canônico escrito no final do século I d.C. Percebe-se o uso de ῥομφαία na literatura cristã do segundo século, notadamente na *Epístola de Barnabé*, no *Diálogo com Trifão*, na *Primeira Apologia* de Justino de Roma e na *Demonstração da Pregação Apostólica* de Ireneu de Lyon, como uma leitura messiânica. Conclui-se que observar esse vernáculo como outros destacados em Ap 19,15-21 nas literaturas cristãs do primeiro e do segundo séculos d.C. contribuem com a pesquisa na área da Cristologia, principalmente na temática da interpretação messiânica.

A todas e a todos, uma excelente leitura!  
Os editores

RECEBIDO: 19/08/2024  
APROVADO: 19/08/2024

RECEIVED: 08/19/2024  
APPROVED: 08/19/2024